

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 07/01
DE 2001/02/22**

ACTA Nº. 07/2001

Data da reunião ordinária: 2001/02/22

Local da reunião: Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém

Início da reunião: 9,30 horas

Términus da reunião: 12,45 horas

Resumo diário da Tesouraria: 2001/02/21393.112.565\$00

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Engº. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Drª. Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Engº. António Freire de Oliveira

Engº. Luís Manuel Fé de Pinho

Engª. Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Drª. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **nove horas e trinta minutos** e perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi dispensada a sua leitura, nos termos do artigo quarto, do Decreto-Lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três. Submetida seguidamente a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**-----

--- **A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS**-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS**-----

--- De **PEDRO MIGUEL GOMES VARGAS**, residente nos Casais do Mal Cozinhado, Perofilho, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um complexo desportivo, na Quinta de São Martinho, freguesia da sua residência.-----

--- Pelo **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido o seguinte parecer: -----

“Os elementos em apreço dizem respeito à proposta de realização de um equipamento de natureza privado, para desenvolvimento de actividades na área do desporto, a levar a efeito em espaço agroflorestal, não inserido na Reserva Agrícola Nacional nem na Reserva Ecológica Nacional.-----

--- A pretensão tem enquadramento na filosofia de intervenção preconizada pelo Plano Director Municipal, nomeadamente com o estabelecido no quadro de compatibilidades do regulamento do mesmo.-----

--- Importa referir que a pretensão deverá ser reconhecida pela Exm.^a Câmara como de interesse municipal, justificando-se a implantação do equipamento , atendendo à sua dimensão e características, no local proposto, fora do espaço classificado como urbano/urbanizável (número cinco, artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director

Municipal). -----
 --- Tendo em consideração o anteriormente exposto proponho a viabilização da proposta, devendo ser apresentado projecto de licenciamento, em conformidade com legislação aplicável e tendo em consideração os seguintes aspectos: -----
 --- **Um** – A inserção na estrada nacional cento e catorze deverá ser aprovada e/ou licenciada junto do Instituto para a Conservação e Exploração da Rede Rodoviária (artigo sexto do Decreto-Lei treze/setenta e um, de vinte e três de Janeiro); -----
 --- **Dois** – O projecto deverá cumprir com o Decreto Regulamentar um/noventa e dois, de dezoito de Fevereiro; -----
 --- **Três** – A proposta do projecto de arquitectura deverá obter parecer favorável da Delegação de Saúde; -----
 --- **Quatro** – Poderá considerar-se a consulta aos serviços da Divisão de Educação Desporto e Juventude e Serviços Municipalizados de Santarém (reforço de infra-estruturas existente); -----
 --- **Cinco** – Deverá incluir-se no equipamento responsável pela concepção da intervenção, arquitecto paisagista, profissional responsável por projecto de arranjos exterior, essencial à correcta execução dos espaços envolventes à construção.” -----
 --- **Seis** – Deverão igualmente ser observadas as condições a definir pela EDP – Distribuição Energia, S.A.; -----
 --- Após uma troca de impressões a Câmara deliberou o seguinte: -----
 --- **UM** - Por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão é viável, de acordo com as condições técnicas; -----
 --- **DOIS** - Em relação ao interesse municipal da pretensão, a Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, considerar a mesma de interesse municipal. -----
 --- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO** -----
 --- De **EVANDRE DO ROSÁRIO FRANCISCO**, residente nos Casais da Barroca,

freguesia de Romeira, deste Município, solicitando reapreciação do pedido de informação prévia para realização de uma operação de loteamento numa propriedade sita no lugar da sua residência.-----

--- Esta pretensão foi presente em reunião de oito de Junho de mil novecentos e noventa e oito, tendo a mesma merecido o indeferimento por colidir com o Regulamento do Plano Director Municipal e Decreto-Lei número quatrocentos e quarenta e oito/noventa e um, de vinte nove de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei número trezentos e trinta e quatro/noventa e cinco, de vinte oito de Dezembro. -----

--- Novamente apreciada, o **Chefe da Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte: -----

--- *“Pretende-se nova avaliação da proposta de realizar uma operação de loteamento em espaço agroflorestal. -----*

--- *Uma vez que a pretensão colide com o determinado no artigo oitenta e oito do Regulamento do Plano Director Municipal de Santarém e em conformidade com a deliberação camarária atrás citada sobre a mesma proposta, informa-se que a pretensão não reúne condições de viabilização.”-----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável, de acordo com as informações dos serviços técnicos. -----

--- De **JOAQUIM JESUS SILVA**, residente no lugar de Chã de Baixo, freguesia de Achete, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um estabelecimento destinado a fabrico e venda de pão, no lugar de Covões, Chã de Baixo, freguesia da sua residência.-----

--- *A Divisão de Gestão Urbanística, informou que a mesma não poderá ser viabilizada uma vez que o terreno em causa está integrado no aglomerado de Chã de Baixo/Outeiro de Pernes, não sendo possível autorizar a instalação de indústrias no logradouro das habitações, por contrariar o disposto no artigo quarenta e um do Regulamento do Plano Director Municipal.-----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua

pretensão em face do parecer técnico emitido. -----

--- De **OTÍLIA CINTRÃO HENRIQUES**, residente no lugar de Fonte da Pedra, freguesia de Achete, deste Município, solicitando informação prévia para construção de uma arrecadação destinada a avicultura, no lugar da sua residência. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado que, embora se verifique a compatibilidade do uso com a classe de espaço onde se integra a construção, não é no entanto, cumprido o artigo dezoito do Regulamento Municipal das Edificações Urbanas (distância inferior a duzentos metros de habitações), pelo que a pretensão não poderá ser viabilizada. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável de acordo com as informações técnicas prestadas. -----

--- De **RUI MANUEL FRAZÃO CINTRÃO**, residente no lugar de Almajões, freguesia de São Vicente do Paul, solicitando informação prévia para construção de uma moradia no lugar de Arrozeiras, freguesia de Pernes, deste Município. -----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, informou o seguinte:-----

--- *“É solicitada viabilidade de construção de uma moradia unifamiliar em zona definida pelo Plano Director Municipal como espaço agroflorestal não integrado na Reserva Agrícola Nacional, mas inserida na Reserva Ecológica Nacional. -----*

--- *A delimitação da Reserva Ecológica Nacional no município de Santarém foi aprovada por resolução do Conselho de Ministros número sessenta e oito, de um de Julho de dois mil. De acordo com o número um do artigo quarto do Decreto-lei número noventa e três/noventa, “Um – Nas áreas incluídas na Reserva Ecológica Nacional são proibidas as acções de iniciativa pública ou privada que se traduzem em operações de loteamento, obras hidráulicas, vias de comunicação, aterros, escavações e destruição do coberto vegetal.”, pelo que a pretensão não reúne condições de ser viabilizada. -----*

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o requerente que a sua pretensão não é viável em face da informação prestada pelos serviços técnicos. -----

----- **OUTRAS DELIBERAÇÕES** -----

--- CRIAÇÃO DE UMA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE ÂMBITO

REGIONAL – Foi presente uma carta do senhor Nelson Heitor, do **CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas**, datada de quinze do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Nos termos do que foi acordado na última sessão do Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas do dia quinze de Dezembro de dois mil, relativamente ao assunto em epígrafe, estou a remeter a V. Ex.^a - em anexo – para os devidos efeitos um exemplar da Proposta de Estatutos da Associação em epígrafe, solicitando de V. Ex.^a a deferência de uma posição da entidade que representam no Conselho de Administração do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, sobre os mesmos e naturalmente sobre a criação e participação da entidade accionista como fundadora da novel Associação.”-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** disse ter analisado os Estatutos apresentados tendo verificado haver, em sua opinião, duplicação de objectivos, relativamente ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, com ligeiras aberturas em alguns casos. -----

--- Também no que se refere aos Associados, repetem-se, praticamente na íntegra, as entidades fundadoras, com abertura para mais duas.-----

--- Disse ter dúvidas sobre os motivos que levam à constituição desta Associação, a não ser que seja para concorrer a determinados fundos comunitários a que o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, como sociedade anónima, não tem acesso. -----

--- O senhor **Vereador Fé de Pinho** considerou que os estatutos são os normais para uma Associação deste tipo. Constatou também, haver uma série de actividades que esta Associação se propõe realizar e que o próprio CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas já realiza. -----

--- Na sua opinião a criação desta Associação insere-se numa estratégia do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e é essa estratégia global que deve ser discutida.-----

--- Na sua óptica é a altura de se analisar claramente o que se pretende para o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas: Qual a estratégia? Quais as vantagens da criação desta Associação? A Câmara vai ser um elemento interveniente ou vai apenas apoiar o desenvolvimento desta Associação? Porque razão é que as actividades pela Associação não são desenvolvidas pelo CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas? Porque é que há necessidade de criar esta Associação?-----

--- Em seu entender é essencial ter uma ideia clara sobre a participação da Câmara, inserida numa estratégia global.-----

--- O **senhor Presidente** referiu que os estatutos são bem claros quanto à definição dos objectivos desta Associação. Por um lado corresponde a uma estratégia de maior abertura da parte do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, procurando assegurar actividades de animação permanente para além dos acontecimentos principais, rendibilizando o espaço e tirando partido da excelente localização e dos equipamentos ali existentes. Por outro lado, pretende agilizar procedimentos e ter maior facilidade de candidatura junto de Fundos Comunitários. ----

--- Esta Associação tem os Estatutos normais e quanto à estratégia verifica-se uma maior abertura para vencer o ciclo das iniciativas de ponta e garantir animação permanente daquele Parque.-----

--- Nesta fase, a Câmara já está a participar no desendividamento do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- Agora, a Câmara terá que se pronunciar relativamente aos Estatutos desta Associação e, se assim o entender, participar como associada fundadora desta nova realidade, mantendo ou não o esquema de paridade que já existe relativamente ao CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas.-----

--- Interveio novamente o senhor **Vereador Vicente Batalha** referindo que a Coligação Democrática Unitária entende que o CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas deve fazer parte de uma estratégia global equilibrada do desenvolvimento da cidade e da própria Região. Nunca concordaram com o facto de a Câmara ter participado apenas com dez por cento. Acha correcta a estratégia da Câmara participar no desendividamento do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas e apoia todas as diligências políticas nesse sentido. Considera também, fundamental, a dinamização do projecto do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- Disse não estar contra a estratégia mas gostaria de ver a Câmara com uma posição liderante e de acordo com o esforço que tem vindo efectivamente a fazer. -----

--- A proposta é de apoiar a criação desta Associação de Desenvolvimento no mesmo pé de igualdade. E é esta a questão política que faz com que não possa votar a favor da criação desta Associação. -----

--- O senhor **Vereador Hermínio Martinho** disse não ter nenhuma objecção relativamente à constituição desta Associação. Estranhou apenas a forma como o documento surge na Câmara, tendo o senhor Presidente prestado esclarecimentos. -----

--- Após mais alguma troca de impressões a Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, aceitar a qualidade de associado fundador, concordando com a proposta de estatutos apresentada, que fica anexa à presente acta (Documento I), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Deliberou ainda, por maioria, com o voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, definir a participação na proporção do capital detido no CNEMA- Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- Os Senhores Presidente e Vice-Presidente não participaram na votação deste assunto, dado pertencerem, respectivamente, ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal do Centro Nacional de Exposições e Mercados e Feiras. -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** referiu que a sua segunda intervenção constituía sua declaração de voto. -----

--- **COMISSÃO DE PROTECCÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – PROTOCOLOS DE COOPERAÇÃO - DESIGNAÇÃO DE INTERLOCUTOR** – Foi presente um ofício da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, solicitando a designação de um interlocutor do município na referida Comissão. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, designar, para o efeito, a senhora Vereadora Dunia Palma.-----

--- **FUNDAÇÃO CASA DO BRASIL – PROJECTO DE ESTATUTOS (PARA RECOLHA DE CONTRIBUTOS)** – Pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente o projecto de estatutos da Fundação Casa do Brasil, que fica anexo à presente acta (Documento II), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- O **Consultor da Casa do Brasil** e o senhor **Vereador Botas Castanho** emitiram os seguintes pareceres, respectivamente:-----

--- “Venho por este meio propor que no Capítulo I, artigo 4.º, do “Projecto de Estatutos da Fundação Casa do Brasil/Pedro Álvares Cabral” se leia: “A Fundação tem por fim a promoção da memória histórica do Brasil em Santarém, a divulgação da cultura brasileira e das potencialidades turísticas daquele país, a divulgação e promoção das suas potencialidades enquanto destino privilegiado para o investimento externo português, a promoção das potencialidades de colocação do investimento externo, nomeadamente brasileiro, em Portugal e a promoção das relações históricas, culturais e económicas com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, as comunidades lusófonas e da emigração portuguesa, promovendo a articulação entre Estados, instituições, associações e organizações que, pela base territorial e fins constitutivos, promovam o intercâmbio e o desenvolvimento dentro do universo lusofono.”-----

--- “Um – A conhecimento do senhor Presidente, a presente proposta do Consultor da Casa do Brasil, em relação ao conteúdo do artigo quatro.-----

--- Dois – Lembro, no entanto, que continuam em aberto alguns problemas, como: -----

--- Dois.um – Entidades instituidoras da Fundação, além do Município de Santarém (artigo cinco).-----

--- Dois.dois – Valores que compõem o Fundo Inicial (artigo sete).-----

--- Dois.três – Definição da composição do Conselho Geral (para além do Presidente da Fundação, que é também Presidente do Conselho Geral) (artigo dezasseis). -----

--- Este último aspecto é de particular importância, na medida em que compete ao Conselho Geral a nomeação do Presidente da Fundação, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal.” -----

--- Após alguma troca de impressões, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, reagendar o presente assunto para oito de Março de dois mil e um, ou data posterior, após parecer da Embaixada do Brasil, que, entretanto, deverá ser solicitado. -----

--- **ALTERAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL – CORRECÇÃO DO REGULAMENTO E CARTOGRAFIA DO MESMO** – Pelo Director do **Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano** foi presente a informação número dezassete, de vinte do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na planta de Ordenamento do Plano Director Municipal à escala um por dez mil (número nove ponto um), a área contígua à auto-estrada, na Quinta da Mafarra, corresponde a espaços verdes urbanos de integração paisagística de infra-estruturas.-----

--- Todavia, analisado o Plano Director Municipal constatou-se que em nenhuma outra peça do mesmo se encontra mencionado esta categoria do espaço. Por sua vez na planta de Ordenamento à escala um por vinte e cinco mil é cartografado Espaço Canal e na planta de Condicionantes (um por vinte e cinco mil) é cartografada Auto-estrada do Norte. Estas plantas remetem para as cartas um por dez mil e no regulamento do Plano Director Municipal não é feita referência à categoria de Espaços Verdes Urbanos de Integração Paisagística de Infra-estruturas. -----

--- Resulta assim estarmos perante a existência de um erro material na regulamentação e/ou cartografia do plano, pelo que se propõe que a Câmara delibere promover a referida

correção, que está abrangida pelas alterações sujeitas ao regime simplificado, previsto no artigo noventa e sete do Decreto-Lei número trezentos e oitenta/noventa e nove, de vinte e dois de Setembro.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, promover a correção, conforme proposto na informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, o senhor Vereador Fé de Pinho. -----

--- **ESCOLA PROFISSIONAL DE SANTARÉM** – Foi presente um ofício da NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, solicitando a participação da Câmara Municipal de Santarém no capital social da Sociedade Escola Profissional do Vale do Tejo, a localizar em Santarém. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, participar naquela sociedade, afectando os terrenos necessários à instalação da Escola e em condições a definir no momento que se revelar oportuno, no seio dos promotores do empreendimento. -----

--- **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM – UM - RECURSO HIERÁRQUICO DE MARIA HELENA MENDES PEREIRA CARMO** – Na sequência do recurso hierárquico necessário de Maria Helena Mendes Pereira Carmo, contra a deliberação dos Serviços Municipalizados de Santarém de quatro de Dezembro do ano findo, que indeferiu o pedido de reclassificação profissional, foi presente o ofício número cento e trinta e três, de doze de Janeiro findo, daqueles Serviços, do seguinte teor: -----

--- “Sobre o recurso hierárquico da Assistente Administrativo Principal, Maria Helena Mendes Pereira Carmo, enviado por V. Ex.^a em cinco de Janeiro de dois mil e um, somos a informar: -----

--- Um – Em vinte e um de Setembro de dois mil, a funcionária em causa interpôs requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de Administração destes Serviços Municipalizados, solicitando a sua reclassificação profissional em Tesoureiro, com base

no Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e sete/noventa e nove, de dezanove de Novembro e o Decreto-Lei número duzentos e dezoito/dois mil, de nove de Setembro. --

--- Um.dois – Sobre o mesmo, o Conselho de Administração deliberou o seguinte: -----

--- *“Não considerar o pedido por não estarem reunidas as condições legais que permitam a reclassificação, uma vez que as funções de Tesoureiro são desempenhadas pelo Tesoureiro dos Serviços, João Manuel Carvalho Rodrigues.”*-----

--- Dois – Na base da resolução do Conselho de Administração, estiveram os seguintes pressupostos:-----

--- Dois.Um – Nos termos do artigo quinze do Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e sete/noventa e nove, aplicável à Administração Local pelo artigo seis do Decreto-Lei número duzentos e dezoito/dois mil, de nove de Setembro, a reclassificação profissional dos funcionários é devida desde que: -----

--- a) exerçam funções há mais de um ano; -----

--- b) possuam os requisitos habilitacionais e profissionais exigidos para provimento na nova carreira; -----

--- c) as funções que vêm assegurando correspondam a necessidades permanentes do serviço; -----

--- d) existia disponibilidade orçamental. -----

--- Dois.dois – Para que se considere que exerce as funções é necessário que se atenda ao conteúdo funcional da nova categoria, no presente caso, Tesoureiro, consignada no despacho número trinta e oito/oitenta e oito da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, publicado a vinte e seis de Janeiro de mil novecentos e oitenta e nove, que para os devidos efeitos se transcreve: -----

--- *“Coordena os trabalhos de tesouraria, cabendo-lhe a responsabilidade dos valores que lhe estão confiados, efectuando todo o movimento de liquidação de despesas e cobranças de receita, para o que procede a levantamentos e depósitos, conferências, registos e pagamentos ou recebimentos em cheque ou numerário.”*-----

--- Dois.dois.um – Atenda-se ainda ao facto da Directora do Departamento Financeiro, responsável pela Tesouraria, confirmar que as funções desempenhadas na Tesouraria por quaisquer dos funcionários que exercem funções na mesma são equivalentes, sendo contudo, coordenadas pelo Tesoureiro. -----

--- Para melhor percepção e integração da problemática, entendeu-se fazer um paralelismo com as restantes estruturas dos Serviços, equivalentes certamente às de outros organismos públicos: -----

--- Três.um – A tesouraria é em termos de organograma equivalente a uma secção. -----

--- Três.dois – As secções são normalmente estruturas piramidais, constituídas por um responsável que coordena e organiza o trabalho e por funcionários que sob a sua orientação desenvolvem o trabalho de acordo com a especificidade de cada secção. -----

--- Três.três – Os Adjuntos de Tesoureiro eram os funcionários que sob a orientação do Tesoureiro desempenhavam funções na Tesouraria. Com a publicação do Decreto-Lei número quatrocentos e dezoito – A/noventa e oito, de trinta de Dezembro, os Adjuntos de Tesoureiro transitaram para a carreira de Assistente Administrativo, assumindo desta forma que o conteúdo funcional dos Assistentes Administrativos passou a integrar o conteúdo funcional dos então Adjuntos de Tesoureiro. -----

--- Por tudo o que foi exposto, entende-se que os Assistentes Administrativos têm lugar na Tesouraria, embora desempenhando funções afins ao trabalho nela desenvolvido, mas que só os que desempenham as responsabilidades de coordenação deverão ser Tesoureiros. Caso assim não fosse entendido, todos os funcionários colocados na Tesouraria, teriam de ser reclassificados como Tesoureiros, o que seria um absurdo, tendo em conta que o legislador, como vimos atrás, fez transitar os anteriores Adjuntos de Tesoureiro para Assistentes Administrativos e não para Tesoureiros. -----

--- Sobre a matéria é de momento tudo o que nos apraz dizer, ficando, no entanto, disponíveis para quaisquer esclarecimentos adicionais que V. Ex.^a entenda como pertinentes.” -----

--- Na sequência deste ofício, o **Consultor Jurídico**, Dr. António Rebordão Montalvo, emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Um – Maria Helena Mendes Pereira Carmo, assistente administrativo principal dos Serviços Municipalizados de Santarém, interpôs recurso hierárquico da deliberação do respectivo Conselho de Administração que indeferiu o seu pedido de reclassificação na categoria de tesoureiro.-----

--- Dois – Analisados os fundamentos do recurso hierárquico e a resposta do senhor Presidente daquele órgão, propendemos no sentido da improcedência do recurso. -----

--- Três – A reclassificação profissional, prevista no Decreto-Lei número quatrocentos e noventa e sete/noventa e nove, de dezanove de Novembro, aplicável às autarquias locais pelo Decreto-Lei número duzentos e dezoito/dois mil, de nove de Setembro, é um acto administrativo praticado pela Administração de poderes vinculados, uma vez verificados os pressupostos legalmente estabelecidos. -----

--- Queremos com isto dizer que o acto de reclassificação é imposto pelo legislador aos órgãos administrativos, os quais não são livres de o praticar ou não, desde que se encontram reunidos os pressupostos legais da sua prática. -----

--- Quatro – Mas se esses pressupostos são o elemento que determina a prática do acto de reclassificação, eles são também o elemento que condiciona a legalidade desse acto. -

--- Isto é, para que o acto de reclassificação possa ser praticado validamente, os pressupostos legais da reclassificação têm de estar reunidos. -----

--- Cinco – Um dos requisitos do acto de reclassificação é que o funcionário seu destinatário, detendo uma determinada categoria, exerça de forma continuada e permanente, durante um certo período de tempo, as funções próprias do conteúdo de outra categoria, para a qual transita ao abrigo daquele acto.-----

--- Ora, de acordo com o que resulta dos elementos caracterizadores da situação *sub judice*, a recorrente, pretendendo ser reclassificada na categoria de tesoureiro, não reúne aquele requisito de ordem funcional.-----

--- Segundo os dados do processo, a recorrente, exercendo funções de assistente administrativo na Tesouraria dos Serviços Municipalizados, não está a exercer as funções tipificadas como de tesoureiro (refere a recorrente que é obrigatório proceder-se à reclassificação profissional do pessoal que “esteja a exercer funções correspondentes a carreira diferente”, o que não parece resultar dos elementos disponíveis) de modo continuado e permanente, na medida em que não **coordena** os trabalhos de Tesouraria, sendo esta acção coordenadora a que diferencia as funções do Tesoureiro relativamente às dos demais funcionários daquele serviço.”-----

--- A Câmara, em face do parecer do Consultor Jurídico, Dr. António Rebordão Montalvo, deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com dois votos em branco e sete a favor, indeferir o recurso.-----

--- **DOIS - RECURSO HIERÁRQUICO APRESENTADO POR VÁRIOS FUNCIONÁRIOS** - Na sequência do recurso hierárquico necessário apresentado por vários funcionários, contra a deliberação do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém de vinte e um de Agosto do ano findo, que reclassificou o Fiel de Armazém José Luís Rosário para a carreira de Fiscal de Leituras, foi presente o ofício número cinco mil oitocentos e sessenta e nove, de vinte e sete de Outubro do findo, daqueles Serviços, do seguinte teor:-----

--- “Um – O funcionário em causa, José Albertino Luís do Rosário, com a categoria profissional de Fiel de Armazém, encontrava-se há alguns anos afecto ao sector de Gestão de Contadores, por não haver necessidade da sua colaboração no Armazém. -----

--- Dois – Por razões funcionais e organizacionais e atendendo à inexistência de vaga no quadro para a categoria de Fiscal de Leituras e Cobranças, o funcionário em causa desempenhava as funções de fiscalização na área de leituras. -----

--- Três – Constatando-se que o quadro de pessoal em vigor já se encontrava algo desajustado face às novas realidades funcionais e que em algumas situações o efectivo desempenho de funções não correspondia às atribuições das categorias de que eram detentores, entendeu o Conselho de Administração proceder à respectiva alteração do

quadro, tendo a mesma sido submetida à apreciação da Câmara Municipal e Assembleia Municipal, respectivamente em trinta de Março de dois mil e vinte e oito de Abril de dois mil, tendo obtido aprovação de ambas. -----

--- Quatro – No Diário da República número cento e setenta de vinte e cinco de Julho de dois mil, foi republicado na íntegra o quadro de pessoal contendo as respectivas alterações. -----

--- Perante os factos apontados entendeu-se proceder às devidas adaptações tendo-se recorrido a alguns reclassificações como a que se encontra em apreço e cujos pressupostos passamos a esclarecer: -----

--- A reclassificação profissional consiste na atribuição de categoria diferente da que o funcionário é titular, de outra carreira e exige que aqueles reúnam os requisitos legalmente exigidos para a nova carreira (número dois do artigo cinquenta e um do Decreto-Lei número duzentos e quarenta e sete/oitenta e sete, de dezassete de Junho).---

--- O Fiel de Armazém possuía os requisitos habilitacionais para o ingresso na nova carreira. -----

--- Considerando que o recrutamento para Fiscal de Leituras e Cobranças se faz de entre Leitores Cobradores de Consumos, então a carreira de Fiscal de Leituras reporta-se à de Leitores Cobradores e neste caso temos que: -----

--- - O então Fiel de Armazém encontrava-se posicionado na carreira de Fiel de Armazém com a coincidente categoria de Fiel de Armazém.-----

--- - Ao ser reclassificado em Fiscal de Leituras, passou para a carreira dos Leitores Cobradores, visto que é a única que lhe dá acesso. -----

--- - Cumulativamente o funcionário desempenhava as funções, verificou-se uma reestruturação dos serviços e mantinha os requisitos habilitacionais. -----

--- Encontrava-se posicionado no oitavo escalão índice duzentos e trinta, foi integrado no primeiro escalão índice duzentos e trinta e cinco, da nova carreira, beneficiando de cinco pontos indiciários. -----

--- Face ao exposto parece não haver matéria que justifique o presente recurso hierárquico, tanto mais que nunca foi presente a estes Serviços qualquer reclamação dos funcionários em causa, sobre a matéria em apreciação. -----

--- Se assim não fosse então não fazia sentido a reclassificação, porquanto seria preferível recorrer sempre a concurso, o que inviabilizaria qualquer reposição de justiça, tendo de se manter a situação irregular do funcionário em causa, que ao tempo aceitou assumir outras funções, facilitando os Serviços que por razões de organização e rentabilização dos recursos conseguiu disponibilizar um Fiel de Armazém, das suas funções, conferindo-lhe atribuições compatíveis com as suas capacidades e habilitações.”

--- O **Consultor Jurídico**, Dr. António Rebordão Montalvo, emitiu o seguinte parecer:-

--- “Em resposta à consulta formulada por V. Ex.^a sobre o recurso hierárquico interposto por funcionários dos Serviços Municipalizados da deliberação que reclassificou José Luís Rosário para a carreira de fiscal de leituras, transmito o meu parecer no sentido da improcedência desse recurso, em razão de não vislumbrarmos vício que afecte a validade da deliberação recorrida, proferida em vinte e um de Agosto de dois mil pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Santarém, perfilhando-se os fundamentos expendidos por este órgão no seu ofício número cinco mil oitocentos e sessenta e nove, de vinte e sete de Outubro de dois mil.” -----

--- A Câmara, em face do parecer do Consultor Jurídico, Dr. António Rebordão Montalvo, deliberou, por escrutínio secreto e por maioria, com dois votos em branco e sete a favor, indeferir o recurso.-----

--- **ESCOLA BÁSICA DOS SEGUNDO E TERCEIRO CICLOS DOM JOÃO II – DEGRADAÇÃO DO PAVIMENTO DA RUA CIDADE D’AGEN** – Na sequência de um ofício da Escola em epígrafe solicitando a repavimentação da Rua Cidade d’Agen, que se encontra bastante degradada, a Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, no sentido de brevemente proceder a intervenção na referida rua.-----

--- **CASA DO BRASIL – FUNDO PERMANENTE** – Pelo **Consultor da Casa do Brasil** foi presente uma informação, datada de trinta do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Venho por este meio propor a V. Ex.^a a constituição de um fundo de maneiio (de quarenta mil escudos) da Casa do Brasil. Tal fundo parece, pela experiência funcional e organizativa neste espaço, indispensável à solução de muitos pequenos obstáculos que se levantam no dia a dia, quando da ausência de artigos em depósito na Secção de Compras e do período de tempo que medeia entre a entrega do pedido de fornecimento e a sua satisfação. -----

--- Ultrapassaríamos, também, o quadro actual de compra a dinheiro (por posterior reembolso aos funcionários da casa).” -----

--- A **Repartição de Contabilidade** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Prevê o Decreto-Lei número trezentos e quarenta e um/oitenta e três, de vinte e um de Julho, na alínea b) do número um, do artigo trinta e seis, a constituição de Fundos Permanentes.-----

--- É legítima a petição, devendo no entanto serem cumpridas as regras de procedimento (a explicar ao proponente), impostas pela ultima Inspeção do Tribunal de Contas.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a constituição de fundo permanente, para a Casa do Brasil, no montante de quarenta mil escudos.-----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DO ARNEIRO DAS MILHARICAS – AQUISIÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL PARA A ESCOLA DO PRIMEIRO CICLO DO**

ENSINO BÁSICO – PEDIDO DE SUBSÍDIO – Na sequência de um pedido de subsídio, da Junta de Freguesia em epígrafe, tendo em vista a aquisição de material audiovisual para a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, atribuindo subsídio no montante de setenta e quatro mil escudos para o efeito. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AMIAIS DE BAIXO – TOPONÍMIA** – Foi presente um ofício datado de vinte e sete de Dezembro último, da Junta de Freguesia em epígrafe, do seguinte teor: -----

--- “Considerando que alguns arruamentos da vila de Amiais de Baixo careciam da atribuição formal de um nome toponímico, considerando também os pedidos dos CTT – CORREIOS para a regularização desta situação, vem esta Junta de Freguesia propor a aprovação, em reunião da Câmara Municipal, dos nomes toponímicos em anexo, os quais foram propostos pela Junta de Freguesia e ratificados, por unanimidade, pela Assembleia de Freguesia de Amiais de Baixo. -----

--- Os critérios usados para a atribuição dos referidos nomes foram os seguintes:-----

--- Um – homenagem a pessoas com significado nacional:-----

--- - Eusébio da Silva Ferreira-----

--- - Amália Rodrigues -----

--- - Dona Maria II (foi no seu reinado que foi criada a freguesia de Amiais de Baixo)--

--- - Poeta António Gedeão (o sonho de termos uma variante sul) -----

--- - Dom João IV (porque a rua em causa é perpendicular à Rua Primeiro de Dezembro, pretendeu-se assim simbolizar o Rei Restaurador)-----

--- Dois – homenagem a pessoas ou eventos com significado local:-----

--- - Dr. Ferreira da Silva (foi médico da freguesia durante largos anos)-----

--- - Padre João Van Lunszen (padre na freguesia durante largos anos, o qual criou muita estima entre a população)-----

--- - Vinte e um de Junho (data de aprovação da elevação a Vila na Assembleia da República)-----

--- - Vinte e Cinco de Junho (data do Diário da República que cria a freguesia de Amiais de Baixo)-----

--- - Mártir São Sebastião (padroeiro da festa anual da freguesia, a sua localização é junto ao local onde se faz a recepção e a despedida da banda de música) -----

--- - São Miguel (santo cuja imagem reside na capela do cemitério velho e tem um significado bastante importante nas procissões levadas a cabo durante a festa anual. A rua é confinante com o cemitério) -----

--- - São Gens (porque se diz que no local existiu em tempos uma fonte denominada fonte de São Gens)-----

--- Três – os restantes nomes porque as ruas já eram conhecidas com esse nome; ou então o local ao longo dos tempos tinha essa designação; -----

--- Solicitamos também a atribuição de um subsídio para aquisição e colocação de setenta placas toponímicas para as referidas ruas, no montante de **duzentos e quarenta e cinco mil e setecentos escudos**, de acordo com o orçamento que nos foi presente.” -----

--- A acompanhar o presente ofício foi também presente um mapa contendo a denominação de arruamentos propostos e a respectiva localização, ficando o mesmo anexo à presente acta (Documento III), dispensando-se a sua transcrição nos Termos da Lei. -----

--- O **Serviço de Fiscalização** informou que não vê inconveniente na proposta feita pela Junta de Freguesia.-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** disse ser com muito respeito que vê a proposta da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, que não esqueceu os serviços médicos do “João Semana”, o que demonstra que ele ainda está vivo na memória de quem serviu. Felicitou a Junta de Freguesia por se ter lembrado deste nome.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os nomes propostos pela Junta de Freguesia e atribuir um subsídio no montante de duzentos e quarenta e cinco mil e setecentos escudos, para aquisição das respectivas placas. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO SALVADOR – TOPONÍMIA** - Foi presente o ofício número oitocentos e cinquenta e quatro, de vinte e sete de Novembro do ano findo, da Junta de Freguesia em epígrafe, do seguinte teor: -----

--- “Para os devidos efeitos, informamos V. Ex.^a, que em reunião do Executivo do dia sete de Novembro de dois mil, foram aprovados os nomes para os arruamentos da Urbanização da Quinta do Jardim e da Portela das Padeiras, conforme mapas em anexo e aprovados por unanimidade:-----

--- - Rua Dr. Luís Sá (Político – mil novecentos e cinquenta e dois a mil novecentos e noventa e nove).-----

--- - Rua Teatrinho de Santarém. -----

--- - Rua Nuno Netto de Almeida (Actor – mil novecentos e trinta e um a mil novecentos e noventa e nove).-----

--- - Rua José Duarte Casal (Sócio Fundador da Cruz de Cristo Futebol Clube).”-----

--- O **Serviço de Fiscalização** informou que não vê inconveniente na proposta da Junta de Freguesia de São Salvador. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os nomes propostos pela Junta de Freguesia. -----

--- **FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRÉ-ESCOLAR E PRIMEIRO CICLO**

DO ENSINO BÁSICO – PRIMEIRO PERÍODO – Em continuação do deliberado na reunião do Executivo Municipal, realizada em quatro de Janeiro último, pela Técnica Superior de Serviço Social, Dr.^a Maria José Montez, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número sessenta e seis, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “À semelhança do ano lectivo anterior e dando continuidade à Componente de Apoio à Família para o ensino Pré-Escolar e Primeiro Ciclo do Ensino Básico, junto se apresentam os acertos aos encargos correspondentes ao primeiro período do ano lectivo dois mil/dois mil e um, contraídos junto das entidades fornecedoras de refeições.-----

--- Estes encargos são um complemento aos que constam na Informação número seiscentos e quarenta e sete/dois mil, de dezanove de Dezembro de dois mil. -----

	N.º DE REFEIÇÕES	
PRÉ-ESCOLAR	25.604	ENCARGOS
1.º C.E.B.	27.850	
TOTAL COMPLEMENTAR	53.454	

--- Quadro resumo de Encargos:” -----

ENTIDADES	TOTAL
1. Associação Desenvolvimento Social e Comunitário Santarém	1.247.065\$00
2. Centro de Bem Estar Social de Vale Figueira	207.800\$00
3. Centro Social Paroquial Santa Marta de Alcanhões	360.055\$00
4. Centro Social da Moçarria	90.780\$00
5. Centro de Solid. Social N.ª Sr.ª da Luz – Póvoa de Santarém	89.310\$00
6. Junta de Freguesia de Achete – Cantina Escolar	53.050\$00
7. Junta de Freguesia de Alcanede – Restaurante “O Castelo”	357.515\$00
8. Junta de Freguesia de Almoester – Cantina Escolar	20.810\$00
9. Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças – Cantina Escolar	82.060\$00
10. Junta de Freguesia de Azoia de Cima – Cantina Escolar	21.765\$00
11. Junta de Freguesia de Casével – Cantina Escolar	59.320\$00
12. Junta de Freguesia de Pernes – Bombeiros de Pernes	226.640\$00
13. Junta de Freguesia do Pombalinho – Cantina Escolar	15.625\$00
14. Junta de Freguesia S. Vicente Paúl – Cantina Escolar da Tojosa	6.060\$00
TOTAL	2.837.855\$00

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, assumir os encargos com o fornecimento de refeições, em conformidade com a informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **ESCOLAS DO PRIMEIRO CICLO, JARDINS DE INFÂNCIA E ENSINO BÁSICO MEDIATIZADO DO CONCELHO DE SANTARÉM – VERBAS DE EXPEDIENTE E LIMPEZA PARA DOIS MIL E UM** – Pela senhora Vereadora Dunia Palma foi presente a informação número setenta e quatro, de sete do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Junto se anexa listas actualizadas das Escolas do Primeiro Ciclo do Ensino Básico, Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico Mediatizado do Concelho de Santarém,

com as respectivas propostas de **verbas de expediente e limpeza** para o ano de **dois mil e um**, perfazendo as mesmas um total de **quatro milhões seiscentos e setenta e dois mil e quinhentos escudos.**” -----

ESTABELECIMENTO DE ENSINO	VERBA
Jardins de Infância	1.512.500\$00
Escolas do 1.º C. E. B.	3.097.500\$00
E.B.M.	62.500\$00
TOTAL	4.672.500\$00

--- As listas referidas na informação atrás transcrita ficam anexas à presente acta (Documento IV), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de senhora Vereadora Dunia Palma.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO DA SALA DE MUSCULAÇÃO DO PAVILHÃO DESPORTIVO MUNICIPAL** – Pelo Técnico Superior de Educação Física, Dr. Joaquim Borges, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número oitenta e um, de oito do corrente mês, que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando o disposto no Decreto-Lei número trezentos e oitenta e cinco/noventa e nove, de vinte e oito de Setembro, nomeadamente, quanto ao responsável técnico pelas instalações desportivas, bem como quanto às exigências de funcionamento; -----

--- Considerando o disposto na legislação relativa ao funcionamento de serviços públicos, nomeadamente quanto a horários de atendimento e horários de funcionamento;

--- Considerando que a Sala de Musculação do Pavilhão Desportivo Municipal se encontra em funcionamento sem qualquer indicação normativa para além da fixação da taxa de utilização; -----

--- Considerando que as actividades ali desenvolvidas apresentam um nível de risco não desprezível para a integridade e higiene dos respectivos utentes;-----

--- Venho por este meio propor à consideração de V. Ex.^a a aprovação do regulamento interno que se anexa à presente informação.”-----

--- É do seguinte teor o Regulamento Interno da Sala de Musculação do Pavilhão Desportivo Municipal: -----

--- Artigo primeiro – A Sala de Musculação do Pavilhão Desportivo Municipal, adiante designada por sala, destina-se à realização de sessões de treino da força, complementares da formação e preparação para as actividades desportivas. -----

--- Artigo segundo – A utilização da Sala de Musculação corresponderá ao disposto no número um do artigo quarto do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e cinco/noventa e nove, de vinte e oito de Setembro, isto é, à cessão de uso das instalações desportivas. ---

--- Artigo terceiro – Poderão ser cessionários, entre outros, os seguintes interessados:---

--- a) clubes desportivos; -----

--- b) estabelecimentos de ensino;-----

--- c) clubes de praticantes;-----

--- d) e associações sem personalidade jurídica. -----

--- Artigo quarto – O uso da Sala de Musculação depende das seguintes condições: ----

--- a) presença de enquadramento técnico, devidamente qualificado para o acompanhamento de actividades de treino da força;-----

--- b) apresentação prévia de exame médico-desportivo , válido e com indicação da inexistência de contra-indicações para a prática de treino da força; -----

--- c) contrato de seguro que cubra riscos de acidentes pessoais;-----

--- d) entrega de declaração de assunção das responsabilidades previsto no número quatro do artigo treze do Decreto-Lei indicado em cima. -----

--- e) autorização atribuída pelo Vereador ou funcionário competente para o efeito.-----

--- Artigo quinto – A utilização da Sala de Musculação obedecerá, em qualquer caso, ao horário de atendimento do Pavilhão Desportivo Municipal.-----

--- Artigo sexto – São aplicáveis, com as devidas adaptações, as normas de utilização do Pavilhão Desportivo Municipal. -----

--- Artigo sétimo – As dúvidas relativas à aplicação do presente regulamento serão resolvidas pela Câmara Municipal.”-----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de regulamento.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **CNEMA - CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS – EXPO CRIANÇA DOIS MIL E UM – PEÇA “A FLORESTA DE ÁGUA” – PEDIDO DE COMPARTICIPAÇÃO** – Na sequência de um ofício do

CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, referindo ter contactado a Foco Musical para actuar durante a Expo Criança com a peça “A floresta de Água” e solicitando uma participação da Câmara Municipal, o Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais** prestou a informação número sessenta e um, de um do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Dando cumprimento ao despacho de V. Ex.^a, cumpre-me informar o seguinte:-----

--- Este projecto irá decorrer pela segunda vez, inserindo-se na Expo Criança dois mil e um. -----

--- À semelhança do ano transacto, solicita-se uma parte do pagamento do Cachet da Orquestra (oitocentos mil escudos) além de algum apoio logístico (transporte e alimentação).-----

--- Como contrapartida é colocada a possibilidade de um dos espectáculos ser destinado exclusivamente às crianças do concelho de Santarém. -----

--- Complementarmente foi ainda oferecida a possibilidade do logotipo da Câmara Municipal de Santarém figurar no cartaz do evento, com divulgação nacional. -----

--- Neste contexto e tendo em atenção a importância do evento, consigno parecer favorável à pretensão apresentada.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de oitocentos mil escudos, bem como o apoio logístico solicitado.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE ALQUEIDÃO DO REI – PEDIDO DE APOIO** – Foi presente uma carta da Associação em epígrafe, solicitando a atribuição de um subsídio no montante de um milhão e novecentos mil escudos, destinado à realização de obras no bar daquela colectividade. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio solicitado, no montante de um milhão e novecentos mil escudos.-----

--- Não se encontrava presente na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, a senhora Vereadora Rosa Maria Feliciano.-----

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM – SUBSÍDIOS PARA O PRIMEIRO TRIMESTRE DE DOIS MIL E UM** – Na sequência de um pedido do Clube em epígrafe, o Director do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais** prestou a informação número noventa e sete, de vinte do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Face ao pedido em epígrafe e dando cumprimento ao despacho de V. Ex.^a, tenho a informar o seguinte: -----

--- Em onze de Novembro de mil novecentos e noventa e nove foi atribuído um subsídio extraordinário de quinhentos mil escudos por mês, para o período Janeiro – Dezembro de dois mil. -----

--- Em oito de Junho de dois mil, em reunião do Executivo, esse subsídio veio a ser antecipado e liquidado.-----

--- Posteriormente, em catorze de Setembro de dois mil esse apoio foi aumentado para um milhão de escudos por mês, pagando-se os mesmos quinhentos mil escudos mensais até ao fim do ano. -----

--- Nesta altura, a União Desportiva de Santarém vem solicitar o pagamento da verba relativa aos meses de Janeiro, Fevereiro e Março. -----

--- Nestes termos considero: -----

--- A Câmara deverá pronunciar-se quanto à aprovação da continuação deste apoio de quinhentos mil escudos por mês que, como antes disse, foi limitado no tempo.-----

--- A este respeito, sou de parecer que este apoio só poderá manter-se a título excepcional, por um ano, não podendo os pagamentos mensais ser antecipados.”-----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** disse nada ter a opor quanto ao investimento na União Desportiva de Santarém, no entanto, devem haver, efectivamente, alguns resultados práticos.-----

--- Deveria realizar-se uma reunião e ser apresentado um projecto claro pelos responsáveis actuais do União.-----

--- Disse estar preocupado com a repetição da situação sem resultados palpáveis. -----

--- A Câmara tinha atribuído um subsídio extraordinário no ano anterior e o extraordinário vai-se transformar em ordinário. -----

--- O senhor **Vereador Fé de Pinho** congratulou-se com o novo rumo que o União de Santarém está a ter, com os assuntos a resolverem-se de acordo com as reflexões feitas. Assim, nesta altura a Câmara deve apoiar uma solução sustentada para que o União Desportiva de Santarém possa avançar para uma solução que lhe permita encarar o futuro com desafio absoluto, sem depender da Câmara e que possa crescer e dar muitas alegrias ao Concelho e à Região. -----

--- O senhor **Vereador António Oliveira** disse não poder, no futuro, continuar a viabilizar subsídios sem ter algo de concreto, sem saber como é que a Câmara está a investir o dinheiro. -----

--- Entendeu que devia ser feito um acordo de desenvolvimento da União Desportiva de Santarém para o concelho ou, então, não poderá continuar a viabilizar mais subsídios.---

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** referiu não estar em causa a boa vontade, empenhamento e trabalho da actual comissão administrativa, merecendo a mesma o seu respeito e estima.-----

--- No entanto, a gestão da Câmara tem que ser feita com critérios e em pé de igualdade com todos os clubes. Concordou com a elaboração de um documento de intenções e garantias que até defenderá quem está à frente do clube.-----

--- Em seu entender, o União dá como adquirido que este subsídio era prática do ano anterior e vai continuar até ao fim do corrente ano. Disse não concordar com este entendimento.-----

--- A senhora **Vereadora Graça Morgadinho** referiu que o clube se encontra numa fase de transição. A sua vida tem sido bastante complicada e, neste momento, à frente do clube estão pessoas que pretendem introduzir determinados critérios na gestão financeira do clube.-----

--- Pensa que o papel da Câmara deve ser no sentido de minimizar os problemas do clube.-----

--- Saudou da parte da Comissão Administrativa, o desejo de querer esclarecer o seu passado e a sua vida interna, clarificar a sua situação financeira e saber, uma vez que aceitou a realização da auditoria financeira, o que se passou para trás na vida do clube e de que ponto deve partir para reestruturar a vida e o futuro do União Desportiva de Santarém.-----

--- Entendeu correcto viabilizar esta proposta e considerou que, por questões que se prendem com o rigor dos critérios de atribuição de subsídios, deve ser elaborado um protocolo com o clube.-----

--- A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, atribuir o subsídio solicitado, no montante de um milhão de escudos por mês, no primeiro trimestre.-----

--- Apresentaram **declaração de voto:**-----

--- Senhor **Vereador Vicente Batalha**: “Eu queria que a minha intervenção no essencial fosse a Declaração de Voto e dizer que esta decisão ainda dá o benefício da dúvida à Comissão Administrativa mas compatibilizada com algumas considerações relativamente ao tratamento das restantes associações e inclusive das Juntas de Freguesia.” -----

--- Senhora **Vereadora Graça Morgadinho**: “Eu votei favoravelmente esta proposta fazendo passar realmente esta minha votação pela rápida elaboração de um protocolo com o União Desportiva de Santarém até ao encontro de uma solução que também já foi aqui preconizada e que, depois de todos os esclarecimentos obtidos através de auditoria possa prever outras soluções de maior equilíbrio financeiro e de maior rigor para o clube e nomeadamente da possível constituição da Sociedade Anónima Desportiva.” -----

--- **REEMBOLSO DE DESPESAS DE INSTALAÇÃO DE TELEFONE NA RUA PROFESSOR PINTO CORREIA, LOTE VINTE E DOIS, RÉS-DO-CHÃO DIREITO – PEDIDO DE MANUEL JOÃO SIMPLÍCIO DUARTE** – Foi presente a informação número setenta e oito, de dois do corrente mês, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, do seguinte teor: -----

--- “O arrendatário Manuel João Simplício Duarte, transferido de uma habitação sita na Rua Zeferino Brandão, número vinte e sete para a morada supra indicada, vem solicitar a esta Autarquia o reembolso das despesas de reinstalação do telefone no valor de sete mil e duzentos conforme acordado.” -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, assumir o pagamento, atribuindo subsídio no montante de sete mil e duzentos escudos ao senhor Manuel João Simplício Duarte. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **BAIRRO MUNICIPAL DE VALE DE ESTACAS, LOTE UM – CAVE ESQUERDA – DÉBITOS** – Pela Técnica Superior de Serviço Social Assessora, Dr.^a Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente

a informação número sessenta e nove, de seis do corrente mês, que a seguir se transcreve:-----

--- “Tendo tomado conhecimento de que foi realizada a Escritura de Compra e Venda do fogo supra indicado no passado dia dezanove de Dezembro, em conformidade com o deliberado em reunião de vinte de Junho último, a favor de Henrique Manuel Marques Parreira e Sandra Maria da Silva Fernandes Parreira, venho informar de que os mesmos são devedores de rendas no total de duzentos e setenta e nove mil e vinte e oito escudos, pelo que solicito indicações sobre procedimentos a adoptar.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação dos débitos em causa.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira.-----

--- **ANULAÇÃO DE GUIA DE RECEITA – BAIRRO MUNICIPAL DE VALE DE ESTACAS, LOTE CINCO, PRIMEIRO ANDAR ESQUERDO** – Pela Técnica

Superior de Serviço Social Assessora, Dr.ª Maria Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número sessenta e sete, de cinco do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Proponho que seja anulada a guia de receita no valor de dois mil escudos relativa à renda social do mês de Fevereiro, dado que foi realizada a Escritura de Compra e Venda do fogo supra indicado, no passado dia trinta do mês de Janeiro, data em que a respectiva guia já se encontrava emitida.”-----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação da respectiva guia, no montante de dois mil escudos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira.-----

--- **PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL** – **ANULAÇÃO** – Pela **Repartição de Receitas e Contencioso** foi presente a informação número seis, de vinte e três do mês findo, que a seguir se transcreve: -----

--- “Como é do conhecimento de V. Ex.^a, iniciaram-se recentemente as obras de restauro do edifício em frente à Câmara Municipal.-----

--- Na parte traseira do referido edifício existia um armazém que se encontrava alugado ao senhor Vítor Matos Oliveira, cuja renda era debitada mensalmente à Tesouraria. Com o início das obras comunicou-se ao arrendatário que teria de abandonar as instalações, o que de pronto aconteceu.-----

--- À data do início das obras, já se encontrava debitada à Tesouraria a importância de novecentos e catorze escudos, relativa à renda do mês de Dezembro, pelo que proponho à consideração de V. Ex.^a a anulação da referida importância, assim como do correspondente processo executivo.”-----

--- A Câmara, em face do parecer favorável do senhor Vereador Hermínio Martinho, deliberou, por unanimidade, proceder à anulação do débito e do correspondente processo executivo.-----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **VISTORIAS** – Foram presentes os seguintes pedidos: -----

--- **UM** – De **Ilda Pereira Teodoro**, residente na travessa de Marvila, número cinco, segundo andar, nesta Cidade, solicitando vistoria à sua habitação por se verificarem infiltrações.-----

--- A **Comissão de Vistorias** concluiu: -----

--- “Trata-se de um edifício antigo de três pisos localizado em pleno Centro Histórico.--

--- Visitamos o segundo andar acompanhados da requerente senhora Dona Ilda Pereira Teodoro que nos mostrou os compartimentos afectados pela entrada de águas pluviais através da cobertura.-----

--- Os dois quartos e a sala sofrem os efeitos da entrada de águas pluviais que danificam o reboco interior e os forros em madeira dos tectos.-----

--- As condições de utilização da habitação em causa estão diminuídos.-----

--- A solução passa pela revisão e arranjo da totalidade da cobertura.” -----

--- Foi também presente uma carta do senhor Joaquim Maria Fortes, proprietário da referida habitação, referindo não ter condições financeiras que lhe permitam proceder às reparações. -----

--- A senhora Vereadora Dunia Palma propôs a notificação do proprietário, para que proceda à reparação da cobertura, podendo, para o efeito, recorrer ao programa RECRIA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **DOIS** – Em continuação do deliberado na reunião de quatro do mês findo, foi de novo presente o processo de vistoria referente ao prédio em ruínas, sito na Praça Primeiro de Maio, Casal da Charneca, freguesia de Almoester, deste concelho. -----

--- Sobre este processo o Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente prestou a informação número cento e vinte e cinco, de seis do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Se considerarmos que os proprietários do imóvel apenas foram notificados no sentido de procederem à “**demolição do alçado da habitação**”, podemos confirmar a sua demolição e como tal o **cumprimento da notificação**. -----

--- Chama-se no entanto a atenção para o facto deste imóvel possuir duas zonas distintas, zonas de habitação (rés-do-chão e primeiro andar) e zona comercial (rés-do-chão). -----

--- Tal como acima referimos os proprietários do prédio, apenas demoliram a zona de habitação, tendo ficado por demolir o alçado da zona comercial.-----

--- O prédio não está devidamente vedado e o aspecto que apresenta é o que se pode verificar pelas fotos em anexo. -----

--- Atendendo a que o mesmo se situa na zona urbana do Casal da Charneca, em plena Praça principal do lugar, somos de opinião que se devam notificar os proprietários no sentido de procederem à demolição da parte que falta, (parede do alçado principal da zona comercial), e a delimitarem fisicamente o prédio, vedando-o com parede ou tapume até à altura de pelo menos dois metros, tapumes ou paredes que deverá conservar em bom estado, nos termos do disposto no Capítulo XVI artigo cem do Código de Posturas Municipal. -----

--- Quanto à questão que nos é colocada sobre a titularidade do prédio, tal como informamos em onze de Abril de dois mil, nossa informação número duzentos e vinte e sete, o mesmo é propriedade de Herdeiros de Palmira Devessa (cinco Herdeiros tal como nos foi dito), sendo o cabeça de casal **António Freixeiro, residente em Casais D'Além, Vila Nova de São Pedro – Alcoentre**, indivíduo que tem vindo a ser notificado nestes últimos tempos. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar o representante dos Herdeiros de Palmira Devessa, nos termos preconizados na informação atrás transcrita. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **TRÂNSITO – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA COLOCAÇÃO DE PLACAS DE ESTACIONAMENTO PROIBIDO** – Foi presente uma carta de Carlos Manuel Delgado Vitorino, solicitando autorização para colocar duas placas de estacionamento proibido nos portões da sua propriedade, sita na Rua General Humberto Delgado, número quatro, Freguesia de Vale de Santarém, deste Concelho. -----

--- Na sequência desta carta, o **Departamento de Obras Municipais** informou: -----

--- “Nos termos da alínea c) do número um do artigo cinquenta do Código da Estrada, é proibido o estacionamento nos lugares por onde faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades.-----

--- Assim sendo, considera-se que a situação relatada indicia estacionamento abusivo, não se vendo inconveniente na autorização solicitada a fim do reforço da restrição já importa por lei.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a colocação de placas solicitada. ---

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **RECLAMAÇÃO DE RAFAEL DUARTE FERNANDES – OBRAS A SEREM EXECUTADAS NA RUA TANORA GONÇALVES** – Na sequência de uma reclamação apresentada por Rafael Duarte Fernandes, O **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** prestou a informação número dezassete, de dois do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Conforme despacho do senhor Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, desloquei-me ao local e pude verificar que parte da zona de estacionamento está ocupada com um contentor que apoiou a construção do lote já concluído e habitado. Os passeios na zona de acesso ao lote cento e setenta e sete, apresentam falta de lajetas de betão pré-fabricado que fazem o revestimento dos passeios. -----

--- O construtor deverá ser intimado a retirar o contentor e a repor o revestimento do passeio em falta.-----

--- Relativamente à roulote e zona de estacionamento, sugere-se que a Fiscalização Municipal em visita ao local, sensibilize o construtor par melhorar a vedação à obra que se encontra tombada e permite o devasse ao espaço interior da mesma.” -----

--- O **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente** emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Deverá notificar-se o proprietário do contentor conforme proposto e notificar o dono da obra em execução para proceder à organização do estaleiro nas devidas condições e arranjam as devidas condições de segurança.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, notificando o construtor para retirar o contentor e repor o revestimento do passeio em falta. -----

--- Não se encontravam presentes na sala, durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Fé de Pinho e António Oliveira. -----

--- **Em virtude de não constar da ordem de trabalhos, o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma os seguintes assuntos, face à urgência da sua resolução, não tendo havido oposição.**-----

--- **CONSTRUÇÃO DE MURO E PORTARIA DA ESCOLA SECUNDÁRIA DR. GINESTAL MACHADO** – Pelo Director do **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número trinta e três, de vinte e um de Fevereiro, do seguinte teor:

--- “Informamos V. Ex.^a que estão reunidas as condições técnicas para a abertura do concurso público, pelo que se submete a apreciação o Anúncio de Concurso, Programa de Concurso, Caderno de Encargos e Projecto, cuja estimativa orçamental monta a vinte e oito milhões trezentos e cinquenta mil escudos.”-----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura do concurso público em epígrafe e aprovar o respectivo anúncio, programa de concurso, caderno de encargos e projectos. -----

--- **VALORIZAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA E RUA SERPA PINTO** – Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número trinta e quatro, de vinte e um do corrente mês, que a seguir se transcreve:-----

--- “Informamos V. Ex.^a que estão reunidas as condições técnicas para a abertura do concurso público, pelo que se submete a apreciação o Anúncio de Concurso, Programa

de Concurso, Caderno de Encargos e Projecto, cuja estimativa orçamental monta a duzentos e oitenta e seis milhões e quinhentos mil escudos.” -----

--- A Câmara, em face da informação atrás transcrita, deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura do concurso público em epígrafe e aprovar o respectivo anúncio, programa de concurso, caderno de encargos e projectos. -----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Informação número trinta e dois, de dezassete do mês findo, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, apresentando a estimativa orçamental dos custos inerentes à produção dos espectáculos agendados, no âmbito do Programa de Difusão das Artes do Espectáculo.-----

--- Tomado conhecimento, ficando a programação relativa ao primeiro semestre de dois mil e um e respectiva estimativa orçamental anexa à presente acta (Documento V), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei. -----

--- Informação número onze, de seis do corrente mês, do Director do **Projecto Municipal Consolidação do Sistema Urbano**, solicitando a marcação da reunião para ultimar os termos de referência do caderno de encargos relativo ao Plano Estratégico Concelhio.-----

--- A Câmara, tomando conhecimento, deliberou, por unanimidade, marcar a reunião solicitada para o dia oito de Março de dois mil e um, às quinze horas e trinta minutos. --

--- Cronograma de actividades da **Casa do Brasil** (excepto exposições).-----

--- Tomado conhecimento, ficando o cronograma anexo à presente acta (Documento VI), dispensando-se a sua transcrição nos termos da Lei.-----

--- Fax da **Junta de Freguesia de Vaqueiros**, remetendo Moções aprovadas pela Assembleia de Freguesia, relacionadas com a assistência médica e as avarias da rede eléctrica em Vaqueiros. -----

--- Após larga troca de impressões a Câmara tomou conhecimento.-----

--- Ofício do Director do **Gabinete de Apoio Técnico de Santarém**, informando que, perante a dispersão das instalações e a acumulação com a Direcção do Gabinete de

Apoio Técnico de Torres Novas, nomeou como substituto do Director, a senhora Engenheira Isabel Maria Pinto de Almeida para o núcleo instalado em Salvaterra de Magos e o senhor Arquitecto Luís José Raposo Pires para o núcleo instalado em Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Circular número dezasseis, de doze do corrente mês, da **Associação Nacional de Municípios Portugueses** prestando informações relacionadas com a distribuição de energia em baixa tensão. Contratos de concessão entre os Municípios e a EDP - Distribuição Energia, S.A.. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número duzentos e quarenta e seis, de catorze de Fevereiro, da **Associação de Municípios da Lezíria do Tejo**, remetendo documentos provenientes do Município de Évora, relacionados com contrato de concessão com o Grupo EDP - Distribuição Energia, S.A.. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Carta do senhor **Manuel Botas Constantino** agradecendo toda a colaboração e consideração que sempre lhe foi dispensada enquanto Director do Jornal “O Almeirinese”. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício número quarenta e quatro, de treze do corrente mês, da **Assembleia Municipal de Santarém**, informando que a próxima sessão decorrerá a vinte e três de Fevereiro, pelas vinte e uma horas, no auditório do Museu Distrital e dando conhecimento da respectiva ordem de trabalhos. -----

--- Tomado conhecimento. -----

----- **INFORMAÇÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E** -----

----- **VEREADORES** -----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS - UM** - Deu conhecimento das decisões proferidas durante a última semana de acordo com o número três do artigo cinquenta e dois da Lei número dezoito/noventa e um, de doze de Junho. -
- **DOIS** – Dia quinze de Fevereiro – subscreveu o protocolo de cooperação entre a Câmara Municipal de Santarém e o Instituto de Reinserção Social, nos termos da deliberação camarária de oito de Fevereiro de dois mil e um. A cerimónia contou com a presença de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça.-----
- **TRÊS** – Dia dezasseis de Fevereiro – Presidiu, em Lamego, à reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. -----
- **QUATRO** – Reuniu-se com o Presidente da Câmara Municipal de Lamego.-----
- **CINCO** – Dia dezassete de Fevereiro – Associou-se às “festas dois mil e um” da Junta de Freguesia de Amiais de Baixo, em honra do Mártir São Sebastião. -----
- **SEIS** – Dia dezoito de Fevereiro – Associou-se à cerimónia de assinatura do contrato de apoio mecenático celebrado entre a União Desportiva de Santarém e a empresa João Salvador, Limitada. -----
- **SETE** – Associou-se ao acto inaugural do empreendimento “Lusitânia”, na Avenida António Maria Baptista.-----
- **OITO** – Dia dezanove de Fevereiro – Assinou os protocolos de colaboração entre a Câmara Municipal de Santarém e as Juntas de Freguesia de São Salvador e São Nicolau, aprovados por despacho de quinze de Janeiro de dois mil e um e ratificados por deliberação de vinte e cinco de Janeiro de dois mil e um.-----
- **NOVE** – Reuniu-se com o coordenador da equipa inspectiva (Inspeção-Geral da Administração do Território) que recentemente esteve em funções nesta autarquia.-----
- **DEZ** – Reuniu-se com o Inspector Geral da Administração do Território. -----
- **ONZE** – Recebeu o Presidente da Direcção do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém. -----
- **DOZE** – Reuniu-se com o Presidente do Conselho de Administração da DET - Desenvolvimento Empresarial e Tecnológico, S.A. -----

--- **TREZE** – Dia vinte e um de Fevereiro – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica. -----

--- **CATORZE** – Reuniu-se com o Coordenador Nacional do Programa “POLIS”, a quem fez entrega de pré-candidatura de Santarém aos respectivos fundos de apoio. -----

--- **QUINZE** – Visitou as obras em curso na Urbanização de São Domingos (repavimentações) e na estrada nacional número trezentos e sessenta e cinco. -----

--- **DEZASSEIS** – Solicitou a aprovação em minuta dos termos da presente acta, o que mereceu voto unânime do Executivo Municipal. -----

--- **DEZASSETE** – Convocou para oito de Março, às nove horas, a próxima reunião do Executivo Municipal. -----

--- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – **UM** – No dia quinze de Fevereiro, participou, como toda a Câmara, na assinatura dos Protocolos entre o Instituto de Reinserção Social e treze Instituições Públicas e Privadas, sobre o trabalho a favor da Comunidade, cerimónia que foi presidida pelo senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Justiça, e que decorreu no Salão Nobre da Autarquia. -----

--- **DOIS** – No dia dezasseis de Fevereiro, assistiu, no Teatro do Círculo Cultural Scalabitano, a uma interessante e inovadora proposta da arte do espectáculo, sob o título de “Cruzamentos”, que aliou a música de Beethoven à teatralização inteligente e crítica de um conto de Queiroz, “Singularidades de uma Rapariga Loura”. Desta leitura transversal resultaram momentos de grande expressão cénica e de belíssima interpretação musical, incluindo a banda sonora exigente, com Mahler em grande destaque, para além do genial Beethoven (quanto mais gosto de música, mais gosto de Beethoven, dizia uma grande amiga, e continua com razão). O público mais numeroso neste segundo espectáculo, esteve longe ainda de estar à altura destes Cruzamentos. -----

--- **TRÊS** – No dia dezassete de Fevereiro, esteve na inauguração da Exposição de Branquinho Pequeno, no Centro Cultural Regional de Santarém, Fórum Mário Viegas, sob o tema genérico “Organização do Caos”. Para a desconstrução da pintura de Branquinho Pequeno, artista da espátula e do sujo, conta mais o processo de procura do

que a obra como produto final. Alfredo Margarido num denso texto afirma “O artista não renega o artesanato: é com as mãos do trabalho e da invenção que se tecem estes canais abruptos do sentido, já que o pintor não pode dispensar a imaginação do espectador, “voyeur” forçado, mas simultaneamente voluntário, para se perder no que multiplica tanto as certezas como as interrogações. A não perder. -----

--- **QUATRO** – No mesmo dia, associou-se às Tradicionais Festas de Amiais de Baixo, que como sempre tiveram grande participação popular, e contaram com o entusiasmo habitual de uma freguesia em peso, sinal de pujança e de forte identidade, de que o fogo de artifício é o seu “ex-libris”, Amiais de Baixo teve sempre laços profundos com Pernes, que se estendem até hoje. E desde criança sempre se contou na minha família e amigos as histórias do tempo em que a Banda da Música Nova, sob a regência de meu tio Sabino Flor, ia aos Amiais todos os anos fazer a Festa, e era recebida apoteoticamente. Terra peculiar no contexto do concelho, a Autarquia local nunca se esquece de convidar a Câmara para se associar às Festas, onde somos sempre muito bem recebidos, o que agradeceu, felicitando a Junta de Freguesia e a Comissão de Festas, pela excelente organização, desejando à Freguesia de Amiais de Baixo a concretização dos projectos para o bem estar e qualidade de vida da sua População, ultrapassando as dificuldades e os obstáculos. Todos teremos a ganhar com esse êxito. -----

--- **CINCO** – Dia vinte e um de Fevereiro, assistiu, no auditório do Instituto da Juventude, ao espectáculo de teatro “A Relíquia”, baseado na obra de Eça de Queiroz, pelo Grupo “A Barraca”, com encenação de Helder Costa, Música do Maestro António Vitorino de Almeida, que também teve a seu cargo a adaptação. Com uma sala repleta de um público novo, interessado e caloroso, assistiu-se a uma “opereta” divertida crítica e mordaz, onde pairou o espírito de Eça de Queiroz, que a todos entusiasmou. Maria do Céu Guerra, uma enormíssima actriz, inteligente, virtuosa, acompanhada, entre um numeroso elenco de gente nova, de que se permitiu destacar o actor João D’Ávila, numa brilhante composição. “A Barracada” e Maria do Céu Guerra dignificam o teatro em luta pela sua independência e autonomia estética e artística. -----

--- **SEIS** – Acusou a recepção dos seguintes documentos: -----

--- a) O boletim da Junta de Freguesia de São Nicolau, que considerou muito interessante, e cujo envio agradeceu;-----

--- b) Duas moções da Assembleia de Freguesia de Vaqueiros, sobre a assistência médica e as avarias da rede eléctrica em vaqueiros, associando-se e solidarizando-se com essas posições, problemas para as quais têm que ser encontradas soluções. -----

--- **SETE** – Relativamente à rede viária, colocou ao senhor Presidente, uma vez mais as seguintes questões:-----

--- a) Está ou não a estrada número trezentos e sessenta e cinco – quatro, da Estrada Nacional número três, em Pernes, ao limite do concelho de Santarém com Alcanena, no lugar da Moita, dentro do Contrato de Manutenção da rede viária? Se está como pensa, porque se encontra essa estrada num mísero estado em que se encontra, e, aliás, já estava, quando a Câmara a recebeu no mandato anterior, e bem se insurgiu contra esse negócio com a Junta Autónoma das Estradas, nomeadamente, nas condições em que foi celebrado.-----

--- Quando vai ser reparada a trezentos e sessenta e cinco – quatro, no nosso concelho? Está-se à espera de quê? De desastres pessoais? De pedidos de indemnização de veículos acidentados? -----

--- b) Quando será finalmente adjudicada a obra da estrada da Chaínça, a quinhentos e noventa e quatro – dois, que liga a trezentos e sessenta e cinco – quatro ao Arneiro das Milhariças?-----

--- É incompreensível que uma estrada, que esteve para ser beneficiada em mil novecentos e noventa e sete, e estão lá as estacas colocadas desde essa altura, para a correcção do traçado, chegue a dois mil e um, sem a obra feita, e sem sequer se saber quando será feita! Ou já se sabe? Neste mandato tem que ser, ou então, tem que concluir que isto ainda está pior do que penso! Será em cima das eleições? Já falta pouco! -----

--- **OITO** – Propôs o seguinte: realizando-se de novo este ano o Dia Sem Automóveis, Santarém devia acolher também essa iniciativa, mesmo que simbólica, é útil,

interessante, pedagógica, importante. Por isso, os Pelouros do Trânsito e do Ambiente, numa conjugação de esforços, deveriam estudar, programar e aderir ao Dia Sem Automóveis, que tudo indica se repetirá em Setembro próximo. Sendo pouco, embora, é um pequeno passo, para a reflexão dos munícipes, no sentido da mudança de hábitos e de mentalidades. Esta acção levanta, como é óbvio, as questões dos transportes públicos, mas esse será outro passo para outra intervenção que urge, e que deve seguir seus trâmites, até porque alguns transportes públicos já há, muito incipientes, muito insuficientes, muito deficientes, mas há. Importa dar-lhe sequência, alargá-los, planificá-los, em conformidade com o crescimento da cidade, as necessidades da população, e a especificidade do Centro Histórico e das zonas de transição. -----

--- A proposta de adesão de Santarém ao próximo Dia Sem Carros aqui fica, para os devidos efeitos. -----

--- **NOVE** – Outra questão, que já trouxe à reunião do Executivo Municipal, refere-se à Casa do Velório, dado que, por exemplo, a última vez que participou em cerimónias fúnebres, estavam dois corpos na Igreja da Piedade, sem um mínimo de condições, e ouviu de várias pessoas e de grupos presentes lamentos e críticas à situação. É sem dúvida necessária uma Casa de Velório digna, para o efeito, e à altura da Cidade de Santarém, com capacidade para vários corpos. A Câmara não pode nem deve, em nome de valores e sentimentos comuns à população, de dignidade e respeito, adiar por mais tempo a solução desta importante e significativa questão. A solução prestes a concluir-se no Cemitério não dá resposta às necessidades, nem às expectativas, nem aos anseios da Cidade. É a opinião que tem ouvido expressa e da qual também comunga. -----

--- **DEZ** – Apresentou a seguinte declaração política: -----

--- “Relativamente a uma discussão que está na ordem do dia da agenda política, os projectos do Partido Socialista e do Partido Social Democrata sobre a alteração da legislação eleitoral para as Autarquias, é importante tomar posição, pois está em causa o futuro do Poder Local, a sua democraticidade e transparência, os respectivos controlo e fiscalização democráticos, o respeito proporcional pela vontade expressa pelo voto das

populações.-----

--- Nesse sentido, a Coligação Democrática Unitária está contra as alterações propostas pelo Partido Socialista e pelo Partido Social Democrata: primeiro, pelo seu conteúdo, segundo pela sua inoportunidade em ano de eleições autárquicas, terceiro pelo seu objectivo, a conquista na secretaria do PODER ABSOLUTO.-----

--- Felizmente, que a opinião pública se começou a levantar, já que os Autarcas regra geral se submeteram aos directórios partidários, num instinto da conservação do Poder, mas existem excepções, e muitos já se pronunciaram contra, independentemente das posições dos seus partidos, Partido Socialista e do Partido Social Democrata, em particular.-----

--- Assim, é acompanhar as opiniões expressas pelos mais diversos jornais e jornalistas, comentadores e analistas políticos, investigadores e universitários, especialistas em Poder Local, de Marcelo Rebelo de Sousa a José Manuel Fernandes, de Fernando Dacosta a Mário Ruivo, de António Ribeiro Ferreira a Luís Salgado Matos, de Rogério Rodrigues a Medeiros Ferreira e Vital Moreira (para não falar já, nas opiniões dos Dr. Mário Soares e Dr. Jorge Sampaio, que em várias ocasiões resistiram e se pronunciaram contra o sentido das alterações eleitorais, é recordar o discurso sobre os vinte anos do Poder Local do actual Presidente da República, apesar dos seus prudentes silêncios).-----

--- Mas, é de Vital Moreira o último artigo acutilante, como é seu timbre, sob o título “O democraticídio local”, divulgado no diário “Público” de treze de Fevereiro de dois mil e um, que começa com a seguinte afirmação: “O projecto do Partido Socialista sobre a reforma do governo local desafia a imaginação quanto à profundidade do golpe desferido contra a democraticidade do poder local no nosso país.”-----

--- E continua mais à frente: “é indiscutível a ajuda que esta acumulação de factores (lista única, composição da Câmara e Assembleia com o peso da mesma coloração política) trará para o desenvolvimento de um ominoso despotismo municipal. Tão incontrovertível como isso é o impulso para a bipolarização partidária entre o Partido Socialista e o Partido Social Democrata, à custa dos demais partidos. O que choca neste

projecto, em termos de teoria democrática, é a bizarra e antidemocrática construção “hiperpresidencialista que ele postula”.-----

--- E Vital Moreira conclui: “Por tudo isto, uma derradeira pergunta se impõe: como é que o Presidente da República poderá promulgar uma barbaridade legislativa destas?”.--

--- Também eu coloco essa pergunta. Mas antes, estou ainda confiante no bom senso, no sentido democrático dos senhores Deputados, e no falhanço do entendimento renovado do Bloco Central no acordo Partido Socialista/Partido Social Democrata. -----

--- O Partido Socialista e o Governo cederam à tentação fácil de continuar em busca do PODER ABSOLUTO, sacrificando ideais e princípios, numa reforma não prioritária, quando há tantas outras questões para resolver e tantas reformas essenciais para fazer. Porquê esta, agora?! -----

--- Quer isto dizer que está tudo bem no Poder Local, e que o sistema é intocável? Muito longe disso... Defina-se um quadro coerente, integrado, de competências e meios, para todas as Autarquias (Câmara e Juntas de Freguesia, Assembleias de Freguesia e Municipais), modernize-se a administração, tornem-se mais credíveis e transparentes as decisões, prestem-se serviços de maior qualidade aos cidadãos, e com mais oportunidade, racionalizem-se os recursos humanos e financeiros, aproximem-se eleitos e eleitores, pela intervenção concertada e dinâmica, no pleno significado da palavra serviço. Retomem-se as características mais genuínas e primeiras do Poder Local, e não se copiem modelos, processos, actuações de minis-Terreiros do Paço, na pior acepção do termo. -----

--- Listas de cidadãos independentes? Porque não? -----

--- Limitação de mandatos dos autarcas e demais detentores de cargos políticos, à semelhança do que acontece com o Presidente da República (dez/doze anos?) Porque não? -----

--- Mantenha-se a composição pluripartidária dos órgãos autárquicos e a sua representatividade eleitoral, bem como a sua colegialidade, num traço de união comum, o serviço às populações, a defesa dos interesses das Freguesias e dos Municípios.-----

--- Porque há outras alternativas, porque os projectos do Partido Socialista, mais gravoso, e do Partido Social Democrata, não fazem sentido, nesta oportunidade, pela fragilidade da argumentação invocada, que os números e a riqueza do trabalho autárquico desmentem, sou frontalmente contra as alterações por ambos os partidos hegemónicos propostas. E caso sejam aprovadas, confio que o Presidente da República Jorge Sampaio cumpra o seu direito de veto, em nome da Democracia. -----

--- O acordo ontem gerado entre Partido Socialista e Partido Social Democrata, é justo e coloca na normalidade o processo autárquico dois mil e um.” -----

--- **SENHORA VEREADORA ROSA MARIA FELICIANO** – Sublinhou a importância do protocolo celebrado no passado dia quinze, com o Instituto de Reinserção Social e outras Entidades, salientando os seus objectivos numa sociedade em que os valores éticos e morais estão bastantes esquecidos. -----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO** – **UM** – Sublinhou também o interesse e importância do passo que foi dado, com a celebração do protocolo com o Instituto de Reinserção Social, numa sociedade que tenta encontrar novos modelos de responder a situações de conflito dos seus elementos. -----

--- **DOIS** – Congratulou-se com a forma como decorreram as festas dos Amiais de Baixo realçando a forma cordial e carinhosa como foi recebido e a participação e empenhamento de toda a população. -----

--- Sublinhou a grandiosidade do fogo de artifício. -----

--- **TRÊS** – No dia vinte, de manhã, esteve na Estação Zootécnica Nacional, em reunião com o Director para analisar algumas questões, nomeadamente, reconversão de espaços verdes e recolha de resíduos sólidos daquela Estação. -----

--- **QUATRO** – À tarde, deslocou-se a Alcanhões, a convite do senhor Presidente da Junta para avaliar o projecto de instalação de espaço verde no largo da Sede da Junta e também, o tratamento de outros espaços verdes. -----

--- **CINCO** – Ontem deslocou-se ao Arneiro das Milhariças para tratar de assuntos relacionados com a instalação de árvores naquela freguesia. -----

--- **SEIS** – Recebeu o boletim número três da Junta de Freguesia de São Nicolau. É um documento bem apresentado contendo informações importantes. -----

--- **SETE** – Referiu ter recebido um convite da Recipneu para o Executivo e os técnicos a visitarem a fábrica de reciclagem de pneus, em Sines. -----

--- **OITO** – Referiu que o processo de aquisição de duas varredouras está a decorrer. Entretanto, a única varredoura existente avariou prevendo-se que esteja inoperacional cerca de seis semanas. Assim, existem dificuldades naqueles serviços estando os trabalhadores a fazer um espaço suplementar, podendo a limpeza não atingir os níveis que já vinham a atingir. -----

--- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – Referiu ter participado, com muita satisfação, na assinatura de diversos protocolos com o Instituto de Reinserção Social. Considerou importante a inovação e riqueza que este processo vai introduzir na sociedade portuguesa. -----

--- **DOIS** – Recebeu o boletim da Junta de Freguesia de São Nicolau que revela uma preocupação de divulgação, formação e comunicação com os cidadãos. -----

--- **TRÊS** – Solicitou que quando se proceder ao arranque de árvores, a regularização dos passeios possa ser feita mais rapidamente. -----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO** - **UM** – Dia dezasseis de Fevereiro – Esteve presente numa reunião da Associação de Municípios da Lezíria do Tejo, sobre o Programa VALTEJO. -----

--- **DOIS** – Participou na sessão inaugural do Tribunal de Almeirim que se espera venha descongestionar o grande volume de processos actuais do Tribunal de Santarém. -----

--- **TRÊS** – Recebeu empreendedores, no âmbito da Gestão Urbanística. -----

--- **QUATRO** – Dia dezassete de Fevereiro – Participou nas festividades populares de Amiais de Baixo, em honra do Mártir São Sebastião, que se revestiram do habitual brilhantismo e de grande adesão popular. -----

--- **CINCO** – Dia vinte e um de Fevereiro – Assistiu, na Casa do Brasil, a uma conferência da Professora Vânia Pinheiro Chaves, do Instituto de Cultura Brasileira, da

Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que falou da literatura brasileira no tempo da ditadura.-----

--- **SENHORA VEREADORA GRAÇA MORGADINHO** – **UM** – No dia quinze esteve presente na assinatura do protocolo com o Instituto de Reinserção Social. Salientou os objectivos que se pretendem atingir com este projecto de modificação e regeneração da conduta da pessoa humana, daqueles que prevaricaram mas a quem se pretende dar uma outra oportunidade de modificar as suas atitudes e serem úteis à sociedade. Em muitos casos a prisão não resolve, só agrava e este projecto do Instituto de Reinserção Social e das Entidades que com ele celebraram o protocolo parece-lhe profundamente louvável.-----

--- **DOIS** – À tarde, recebeu o senhor César Marinha que faz parte da Comissão Promotora do Festival de Tauromaquia que vai ter lugar no dia vinte e cinco de Março, em Santarém, integrado nas Festas da Cidade. A Comissão organizadora dispõe já de um cartel muito interessante que vem actuar gratuitamente e também a cedência de alguns touros. Sugeriu que a Câmara venha a adquirir alguns bilhetes para este Festival, no sentido de minimizar as despesas inerentes à sua realização, de forma a associar-se ao Festival cujas verbas revertem para a Santa Casa da Misericórdia de Santarém.-----

--- **TRÊS** – No dia dezasseis, recebeu o Professor Valter Lopes que é o programador do Centro Cultural de Belém e veio apresentar um projecto muito interessante para a descentralização cultural no Concelho de Santarém, na área da música.-----

--- **QUATRO** – À noite, esteve presente no espectáculo “Cruzamentos”, do Ministério da Cultura, que reuniu música e teatro e que lhe pareceu extremamente interessante, inovador e importante, sobretudo para professores e alunos que estudam o conto de Eça de Queiroz.-----

--- **CINCO** – No dia dezassete esteve presente na inauguração da exposição de pintura de Branquinho Pequeno, no Centro Cultural e Regional de Santarém.-----

--- **SEIS** – Deslocou-se às festas de Amiais de Baixo. Felicitou a freguesia de Amiais de Baixo pelo brilhantismo das festas este ano, sobretudo no que se refere ao fogo de

artifício. Felicitou a população de Amiais pela ligação profunda que mantém com estes festejos fazendo daquele momento de festa um interessante espectáculo de vivência intensa de uma comunidade que partilha esse momento de festa.-----

--- Agradeceu a forma como foram recebidos. -----

--- **SETE** – No dia dezanove recebeu elementos da Guarda Nacional Republicana local e do comando de Lisboa que vieram solicitar à Câmara apoio para a realização de uma peregrinação a cavalo até Fátima, incluída nas comemorações da Guarda Nacional Republicana deste ano. -----

--- **OITO** – No dia vinte e um, recebeu o Dr. Andrade Guerra, ex-director do “Correio da Manhã” e o jornalista Marques Valentim, que vieram até Santarém tratar de assuntos relacionados com o II Congresso Nacional de Tauromaquia. -----

--- **NOVE** – Recebeu os representantes da organização da Feira do arroz doce, em Vale de Figueira. -----

--- **DEZ** – Recebeu também os representantes de uma comissão que vai prestar homenagem a José Florêncio Pedro, um homem do teatro na nossa Cidade. Os Grupos de Teatro da Cidade uniram-se para comemorar o dia vinte e sete de Março, Dia Mundial do Teatro e para prestar homenagem perfeitamente justificada ao José Pedro, pelo que ele representou no teatro na cidade de Santarém e que irá decorrer no Círculo Cultural Scalabitano. -----

--- **ONZE** – Recebeu o Rancho Folclórico de Viegas. -----

--- **VEREADORA DUNIA PALMA** – **UM** – Dia quinze de Fevereiro – Esteve presente na cerimónia da celebração do protocolo entre o Instituto de Reinserção Social sobre “Trabalho a favor da comunidade” que foi presidida pelo senhor Secretário de Estado Adjunto do Ministério da Justiça. Também outras doze Instituições do Concelho celebraram idêntico protocolo, facto que sublinha a sensibilização da sociedade para a temática em apreço. -----

--- **DOIS** – A convite da senhora Coordenadora do Centro da Área Educativa deslocou-se ao Pombalinho, onde na Escola do Primeiro Ciclo, se reuniu com professoras do

Primeiro Ciclo e Directora do Jardim de Infância para reflectir sobre a posição das Escolas face ao Decreto-Lei número cento e quinze/noventa e oito, de quatro de Maio – Regime de Autonomia das Escolas. -----

--- **TRÊS** – Na Junta de Freguesia do Pombalinho, realizou-se um plenário dos encarregados de educação que contou com a presença de um representante do Centro da Área Educativa e do senhor Presidente da Junta. Foram abordadas as implicações para os alunos na sequência do parecer negativo emitido pela Câmara quanto à integração das escolas do Pombalinho no agrupamento das Escolas do Ensino Básico dos Segundo e Terceiro Ciclos e Secundária da Golegã. -----

--- **QUATRO** – Dia dezassete de Fevereiro – Esteve presente na inauguração, no Centro Cultural Regional de Santarém, da exposição de pintura de Branquinho Pequeno. -----

--- **CINCO** – Deslocou-se à freguesia de Amiais de Baixo para assistir ao primeiro dia de festejos que decorreram com grande participação do público que já se habituou à qualidade dos mesmos, sobretudo o espectacular fogo de artifício.-----

--- **SEIS** – Dia dezoito de Fevereiro – Assistiu à processão na freguesia dos Amiais de Baixo. -----

--- **SETE** – Dia dezanove – Reuniu-se, na Junta de Freguesia de Almoester, com a senhora Presidente, Arquitecta Assunção – Chefe de Divisão de Ambiente e Qualidade de Vida e Arquitecto Domingos Santos Silva, para equacionarem uma intervenção no Largo do Convento, na zona adjacente ao acesso ao Jardim de Infância, conducente à criação de um espaço de recreio indispensável ao cumprimento dos actuais normativos e fundamentalmente porque reconheceram a sua importância para o desenvolvimento harmonioso da criança. -----

--- **OITO** – Visitou, com a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almoester, a Escola do Primeiro Ciclo do Ensino Básico de Albergaria, escola que, apenas com dois alunos no presente ano, tem proposta de suspensão pelos Serviços Centrais do Ministério da Educação. -----

--- **NOVE** – Visitou, na Atalaia, a Associação Pica-Pau que intervêm a nível da

recuperação de toxicodependentes e tomou contacto com os projectos em curso que possam também pela criação de novas instalações. -----

--- **DEZ** – Dia vinte de Fevereiro – Reuniu-se, na Escola da Tojosa – São Vicente do Paúl, com professoras e pais, a pedido destes, também com senhores Presidente e Tesoureiro da Junta de Freguesia para avaliar possibilidades de intervenção que melhorem as condições de segurança a nível do recreio e dos acessos ao Pavilhão onde almoçam.-----

--- **ONZE** – Recebeu elementos da Direcção da Associação Reto à Esperança que opera na área das dependências. Tem sede em Espanha, vários estabelecimentos em Portugal, recebe jovens gratuitamente, tem uma taxa de recuperação razoável e apenas entregaram material promocional com vista à sua divulgação e ofereceram-se para realizar acções de sensibilização. -----

--- **DOZE** – Dia vinte e um – Recebeu munícipes arguidos em processos de contra-ordenação número três/dois mil e um e dois/dois mil e um. -----

--- **TREZE** – Representou o senhor Presidente na cerimónia de atribuição de prémios no corta-mato organizado pelo Centro da Área Educativa. Concorreram cinquenta e três das cinquenta e sete escolas desta Centro da Área Educativa com um número de alunos superior a dois mil e trezentos.-----

--- **CATORZE** – Reuniu-se com o Director do Centro de Bem Estar Social de Vale de Figueira com vista à preparação da conferência/debate sobre voluntariado para a qual já confirmou a sua presença a Dr.^a Joaquina Madeira e que se realizará no próximo dia três de Março.-----

--- **QUINZE** – No Instituto Português da Juventude, assistiu ao espectáculo teatral “A Relíquia” pelo grupo Barraca, que registou uma afluência notável e foi do agrado generalizado.-----

--- **DEZASSEIS** – Comunicou que amanhã, dia vinte e três de Fevereiro, vai-se realizar um desfile de Carnaval, organizado pelas Juntas de Freguesia da Cidade, envolvendo as Escolas e Jardins de Infância da Cidade, e que terá o seu início no Largo do Seminário, às quinze horas. -----

--- A propósito das questões formuladas pelo senhor Vereador Vicente Batalha, o **senhor Presidente** referiu que, na sua quase totalidade, estão inscritas no programa de recuperação da rede viária aprovado pela Câmara.-----

----- **ENCERRAMENTO** -----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram doze horas e quarenta e cinco minutos, lavrando-se a presente acta que vai ser assinada. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi. -----

----- **O PRESIDENTE** -----

--- _____

----- **OS VEREADORES** -----

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA Nº. 07/01
Reunião de 22 de FEVEREIRO de 2001

99
